

TV Universitária pública: entre a sobrevivência e a convergência digital

Ricardo Borges Oliveira ¹
Universidade de Brasília - UnB

Resumo: As TVs Universitárias públicas ainda não conseguiram ter a sua importância reconhecida e ser conhecidas pelas comunidades interna e externa. A ausência de investimentos tem impedido essas emissoras de migrar para o sistema digital, em fase de implantação no País. Soma-se a esse quadro a incerteza quanto à ocupação dessas TVs no espectro digital, tendo em vista a prevalência do modelo comercial, bem como a perda de recursos e de autonomia imposta à EBC. O presente artigo apresenta as perspectivas para essas emissoras de TV do campo público com a nova tecnologia. São apresentados quatro casos de TVUs públicas em diferentes estágios de digitalização e ocupação do espectro. Conclui-se que se faz necessária uma política de valorização dessas emissoras Públicas, além de mais investimentos em inclusão digital.

Palavras-chave: televisão; digitalização; comunicação; universidade.

Abstract: Public Colleges TV have not yet been able to have their importance recognized and be known by the internal and external communities. The lack of investment has prevented Public University TVs from migrating to the digital system. Added to this uncertainty framework about the use of these TVs in the digital spectrum, considering the prevalence of the commercial pattern, as well as the loss of financial resources and autonomy imposed on the EBC (Brazil Communication Company). This article presents the perspectives for these TV stations from the public field with the new technology. Four cases of public TVUs are presented in different stages of digitalization and occupation of the spectrum. It is concluded that a policy of valorisation of these public broadcasters is necessary, as well as more investments in digital inclusion.

Keywords: television; digital system; communication; college.

Introdução

O meio de comunicação mais popular no Brasil passa por profundas transformações. A implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) traz grandes expectativas ao campo público de televisão: as TVs educativas e os canais de TV a cabo, das quais fazem parte as TVs universitárias. Entre os avanços esperados estão a alta definição de som e imagem e a interatividade, contribuindo para a afirmação da cidadania.

Para as TVUs públicas, aquelas vinculadas a instituições de ensino estatais, a TV digital aberta representa a possibilidade de serem conhecidas. Mas, para tanto, essas emissoras precisarão superar suas limitações. Essa tarefa não é simples, tendo em vista que essas emissoras dependem de recursos da própria IES, em um cenário de corte de verbas. Os custos e as limitações tecnológicas emperram a digitalização das emissoras públicas, o que contribui para a falta de democratização das comunicações (BOLÁNO; BRITTOS, 2007). Afinal, a conformação do espectro audiovisual brasileiro é marcada pela prevalência do interesse privado, em detrimento da diversificação da produção (PREVEDELLO, 2015).

O presente trabalho se propõe a analisar a TVU pública na perspectiva da implantação do SBTVD, à luz dos debates sobre a regulamentação e a democratização das comunicações. Este estudo faz uma revisão bibliográfica para tratar dos

conceitos de comunicação pública e TV Universitária pública, bem como problematizar questões relacionadas à migração digital, em especial no âmbito das TVUs. Serão apresentados quatro casos de TVs Universitárias brasileiras, em diferentes estágios de migração para o sistema digital, a partir de uma análise documental de informações coletadas em páginas da internet e de depoimentos verbais.

TV Universitária e o campo público de televisão

Segundo preconiza o Decreto 52.795/1962, a TV é definida no Brasil como um serviço de finalidade educativa e cultural, sendo permitida a sua exploração comercial, desde que não haja prejuízo a sua finalidade. O campo da TV pública brasileira, por sua vez, é complexo e diverso. As emissoras que compõem esse arco possuem origens, estruturas e finalidades distintas, com diferentes regulamentações. O setor é formado pelas TVs educativas, regulamentadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, e os chamados “canais básicos de utilização gratuita”, definidos pelo artigo 23 da Lei 8.977 (BRASIL, 1995). São os canais comunitários, legislativos, executivos, judiciais, educativos e universitários.

Vale ressaltar que TV Universitária (TVU) não é sinônimo de TV pública, pois muitas TVUs são originárias de instituições de Ensino Superior privadas. Embora a Lei 8.977 determine que ape-

nas as universidades têm direito ao canal universitário, na prática, faculdades e centros universitários “acabam beneficiadas por acordos políticos entre grupos de entidades que administram as operações” (PREVEDELLO, 2015, p. 2). Portanto, as TVs Universitárias públicas podem ser entendidas como aquelas vinculadas às universidades públicas/estatais, que buscam “suprir a carência por conteúdo local dissociado do interesse comercial” (Ibid, p. 3), em oposição às TVUs ligadas a IES privadas, comprometidas com os interesses da mantenedora.

A Associação Brasileira da Televisão Universitária (ABTU) reforça que as TVUs têm caráter público, sem fins lucrativos. Ainda segundo a ABTU, a TV Universitária busca integrar a pesquisa, o ensino e a extensão, configurando-se como um ambiente privilegiado para a reflexão crítica, a experimentação e a formação de um novo profissional de comunicação (FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS I, 2006). Para alcançar os seus objetivos, a TV pública universitária enfrenta grandes restrições, dentre as quais a falta de investimento e o isolamento na TV a cabo.

A criação e a manutenção de uma TV no âmbito da universidade demandam alto custo. Atualmente, inexistem mecanismos de financiamento que contemplem as TVUs. Uma vez que a legislação proíbe a venda de espaço nos intervalos, tanto nas emissoras abertas quanto nas TVs a cabo, resta às próprias

IES manterem as suas TVs. Tal dependência torna-se crítica no atual cenário de contingenciamento de recursos. São altos investimentos que requerem “decisões políticas, administrativas e, principalmente, financeiras que irão necessitar de uma determinação firme dos escalões decisórios da entidade” (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 21).

O dilema da TVU é, portanto, atingir um público amplo e dialogar com a sociedade, estando a emissora restrita ao cabo, acessível apenas às classes de maior poder aquisitivo. Além disso, na TV por assinatura, as TVUs dividem espaço com redes internacionais que exibem programação segmentada e detêm audiência consolidada; “sem contar os canais da TV aberta, que mesmo no cabo, pela qualidade superior de recepção de imagem e som, ainda ocupam a liderança entre os telespectadores” (RAMALHO, 2010, p. 65).

Outro desafio é exercer o seu caráter público, buscando formar cidadãos críticos e participantes, a partir de uma programação qualificada – ainda mais porque “muitas delas, dividem espaço com os laboratórios dos Departamentos de Comunicação das Instituições, não têm equipamentos nem equipes suficientes para produzir em grande volume (...)” (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 7).

É nesse cenário de grandes desafios e luta pela própria sobrevivência que as TVs Universitárias públicas brasileiras têm movido esforços para a obtenção de um canal digital aberto, com qualidade de imagem e som em alta definição.

TV Universitária pública e as potencialidades da TV digital

O advento do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), instituído pelo Decreto 4.901 (BRASIL, 2003), representa um momento histórico para o campo público de TV no Brasil, em especial para as TVs Universitárias. Com a migração para a tecnologia de transmissão digital, a expectativa das TVUs é sair do isolamento em que se encontram e chegar aos lares de milhares de pessoas, além de oferecer várias funcionalidades, entre as quais: a inclusão social e digital, a interatividade dos telespectadores e uma qualidade de som e imagem nunca antes vista na TV analógica. Mas, na prática, o espaço da TV Universitária no espectro digital “ainda não está plenamente garantido, mas em negociação” (ORTIZ, 2013, p. 36). O Decreto nº 5.820 (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a implantação do Sistema de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), no artigo 13, assegura apenas quatro canais públicos. Um desses canais originou a TV Brasil, com a criação da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), em 2007, com o objetivo de fortalecer o sistema público de televisão.

Os outros três canais públicos serão

geridos pelo poder Executivo federal: o Canal da Educação, pelo Ministério da Educação, para o Ensino a Distância; o Canal Cultura, pelo Ministério da Cultura, voltado para produções culturais e programas regionais; e o Canal da Cidadania, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para programações de interesse comunitário e uso dos poderes federal, estadual e municipal. Esses canais, inicialmente, não farão transmissões em alta definição, “possibilitando, assim, a operação de vários canais em definição ‘standard’ digital” (ORTIZ, 2015, p. 36).

O referido decreto, no artigo 12, previa a destinação de uma faixa entre os canais 60 e 69 para as emissoras públicas. Essa faixa foi usada como argumento pelo então ministro das Comunicações, Hélio Costa, para adotar o padrão japonês de TV digital – ISDB.

Todavia, a escolha do padrão não envolveu debates acerca do potencial de inclusão social, da política de estímulo à pesquisa brasileira e à indústria nacional, bem como a respeito da necessidade de investimentos para a digitalização (SANTOS, 2009). O ministro foi acusado de não ouvir a sociedade e beneficiar exclusivamente os radiodifusores privados, com a escolha da modulação japonesa “e a manutenção do atual cenário de concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa” (INTERVOZES, 2005, p. 2).

Prevedello (2016) identifica dois problemas centrais no processo de convergência das TVs públicas: a ausência de um modelo de financiamento e a falta de garantias legais de ocupação de espaço no espectro de sinal aberto, agravados pela manutenção de privilégios para a migração dos canais comerciais e o não atendimento aos princípios estabelecidos pelo Decreto 4.901 (BRASIL, 2003) – tais como o estímulo à diversidade cultural e a expansão da indústria brasileira ligada à comunicação.

Segundo Bolaño e Brittos (2007), falta uma política pública democrática para essa nova tecnologia, de modo a atacar os grandes problemas do mercado de TV: a concentração, a inexistência de controle social e a liberdade desenfreada da grande mídia na transmissão de seus conteúdos. Os autores também defendem mudanças na legislação, visando à democratização efetiva, de forma a combater a mercantilização da cultura e da comunicação.

Um dos mecanismos defendidos por emissoras públicas para fortalecer o campo e reduzir os custos operacionais é a instalação do Operador Único de Rede Nacional de Televisão Pública Digital, prevista no Decreto 5.820 (BRASIL, 2006). Caberia à EBC gerenciar o operador único (EBC, 2014). Mas a proposta ainda não saiu do papel e pode estar

comprometida. O futuro da EBC é hoje uma incógnita, após o corte de investimentos e a edição da Medida Provisória n.º 744/2016, que retira a autonomia da empresa, com a extinção do Conselho Curador.

Conforme André Barbosa (2017), engenheiro responsável pelo gerenciamento e pela implantação do Operador, a democratização da produção audiovisual regional esbarra também nos anacronismos da legislação. Ele cita como exemplo as TVs educativas, que estão impossibilitadas de realizar multiprogramação, pois apenas as emissoras públicas federais previstas na Constituição de 1988 não sofrem limitações do Código Brasileiro de Telecomunicações. As TVs administradas por fundações de direito privado, desde que resguardada a missão pública, também teriam acesso ao Operador, pelo Canal da Cidadania.

Barbosa (2017) avalia que os canais federais, como o Canal de Educação, poderão abrir espaço para as TVUs. Nesse caso, caberia ao MEC organizar e operacionalizar a programação. Mas ainda não há garantia de que as emissoras universitárias terão espaço entre esses canais do campo público destinados pelo SBTVD-T.

Prevedello (2015, p.12) aponta duas possibilidades de inserções das TVs públicas no SBTVD-T: a migração direta por meio de concessão em sinal aberto – viável para as TVs educativas e/ou universitárias com concessão educativa – com a outorga para canal digital; e inclusões nos canais de compartilhamento previstos no sistema.

“(...) não há nenhum indicativo de que exista, para os canais de televisões universitárias, a possibilidade de seguirem o mesmo caminho dos canais de televisão aberta, que terão a migração automática para o espectro digital, ainda acrescida a vantagem de um aumento de canais para exibição de multiprogramação. O Operador Nacional apenas viabilizaria a antena de transmissão para os canais compartilhados.”

A ABTU estuda a criação de um canal universitário nacional unificado, a partir de um modelo sustentável. A proposta foi discutida durante o XIV Fórum Brasileiro de Televisão Universitária, no qual foi apresentado o modelo do canal colombiano ZOOM, que reúne 41 IES. O canal é transmitido nacionalmente via parabólica e cabo. As afiliadas contribuem anualmente para a manutenção do canal (ZOOM, 2017).

Outra possibilidade é a parceria com a TV Brasil para dividir a programação, ocupando subfrequências. A ABTU é contra, por entender que vai de encontro

às potencialidades da TV digital, como a multiprogramação (JORNAL COMUNICAÇÃO, 2016). Apesar de não ser consensual, essa parceria tem sido adotada por TVUs públicas para estruturar a programação, conforme será apresentado no próximo tópico.

Experiências de TVUs públicas no espectro digital

Diante dos elevados custos que envolvem a migração para o sistema digital, as TVs Universitárias têm buscado alternativas que garantam a inserção nessa nova fase da TV brasileira – marcada por contradições, por incertezas e pela manutenção do “atual cenário de concentração e propriedade dos meios de comunicação de massa” (SANTOS, 2009, p. 360). São diferentes estágios de transição, de acordo com a realidade de cada TVU.

A primeira TVU pública a obter a concessão de um canal digital foi a TV Universitária da UFRN. O processo de digitalização da emissora teve início em 2011. Criada em 1972, para fins educativos, a TVU RN está no ar em sinal digital desde maio de 2015, por meio do canal 48 UHF (DTV, 2017). É afiliada da TV Brasil, retransmitindo a programação da emissora e duas horas diárias de programas próprios (TVU RN, 2017).

A tecnologia digital permite à TVU RN imagem em alta definição, além de acessibilidade com o recurso closed caption (legendas). Foram feitos vários investimentos desde 2011, entre os quais a construção da torre de transmissão e a aquisição do transmissor digital. A emissora tem investido em recursos de interatividade, em parceria com docentes da UFRN (DTV, 2015).

Outra emissora de TV Universitária pública operando em sinal digital aberto é a TV UFMA, da Universidade Federal do Maranhão. Desde 2015, a emissora está no ar, em alta definição, pelos canais 54 UHF e 54.1 Virtual. Também é transmitida pela internet, por meio do sinal da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). É retransmissora da TV Cultura, além de contar com produções próprias, atuando como espaço de aprendizado e capacitação dos estudantes. Os programas locais

são exibidos em horários alternados, tendo em vista que a TV não possui uma grade fixa. A TV UFMA conta com infraestrutura e equipamentos modernos e com uma das maiores antenas de transmissão do estado. Foram investidos mais de 20 milhões de reais na migração e estrutura da TV, recursos do governo federal e de emendas parlamentares. A emissora está trabalhando em conjunto com professores da UFMA para desenvolver plataformas de interatividade (OESTADO, 2017).

Diversas outras TVUs públicas têm buscado uma concessão em sinal aberto, mas esbarram em dificuldades financeiras. A luta dessas emissoras públicas inclui o fortalecimento do campo público das TVs.

A TV da Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma emissora educativa e cultural, de concessão da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural – Fundação RTVE, de apoio às atividades da UFG. Nos idos de 2010, foi assinado acordo entre a RTVE e a EBC para transmissão da TV UFG na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), por meio do canal UHF 14, retransmitindo a TV Brasil. A emissora aguarda financiamento do governo federal para aquisição de um transmissor e antena para iniciar a transmissão digital – em um cenário de incertezas que ronda a EBC, gestora da RNCP, e a TV Brasil (UFG, 2017).

Nessa perspectiva, a TV UFG e TVs integrantes da Rede assinaram nota em apoio à TV Brasil e à RNCP (EBC, 2017). A nota destaca que a TV Brasil é essencial para o fomento da radiodifusão pública e defende a regulamentação da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública – prevista na Lei 11.652 (BRASIL, 2008), que cria a EBC –, “para que se possa escoar os R\$ 2,7 bilhões arrecadados desde 2009 entre as TVs e as rádios do campo público” (EBC, 2017).

Localizada no centro do poder e com dez anos de existência, a emissora de TV da Universidade de Brasília – UnBTV aguarda uma definição do governo federal quanto à concessão de um canal aberto em TV digital. A emissora é afiliada da ABTU e transmite a programação pela TV a Cabo e pela internet (via RNP), com

equipamentos obsoletos e instalações inadequadas. A expectativa da TV é que a Reitoria assuma os custos dessa migração. Neuza Meller, diretora da UnBTV, defende um canal no Operador Nacional para transmissão das TVUs. Segundo ela, “falta vontade política, pois a rede de TVs Universitárias tem um imenso potencial, com fonte própria de produção diária de conteúdos de alta qualidade, além da possibilidade de desenvolver projetos inovadores e celebrar convênios, e isso contraria interesses privados” (informação verbal).

Considerações finais

As derradeiras etapas do processo de migração do sistema analógico para o digital a qual passa a televisão brasileira coincide com as profundas e recentes mudanças nos rumos da política e da economia pelo governo federal, que atingem as TVs do campo público, dentre as quais as TVs Universitárias públicas. Neste cenário marcado por incertezas e interesses econômicos, vários desafios se impõem às TVUs públicas, dentre os quais o estabelecimento de políticas públicas de comunicação que incluam a garantia de financiamento e a produção de conteúdos de qualidade para dialogar de forma efetiva com a sociedade.

No presente trabalho foi possível perceber que as emissoras públicas universitárias se encontram em diferentes estágios no processo de migração, contando com recursos próprios e tendo que lutar por mais espaço e reconhecimento de sua importância, em um contexto adverso para o setor público no País.

A inclusão digital é um dos aspectos mais importantes e desafiadores nessa transição pela qual passa as TVs públicas. Conforme destaca Márcia Duarte (2007, p.108), “com a convergência das novas tecnologias, os instrumentos de comunicação se multiplicam e devem ser vistos como essenciais para o empoderamento das comunidades excluídas”. Implica perguntar se esse recurso será finalmente utilizado para promover a inclusão digital, social e política ou se será voltado para estimular o consumo. Afinal, trata-se de tecnologia nova para preservar antigas práticas? (PERDIGÃO, 2010).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, André. O que é o Operador de Rede Pública de TV Digital? Site GingaDF. Disponível em: <<http://www.gingadf.com.br/blogGinga/814/>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- BOLAÑO, CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO. A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. Paulus, 2007.
- BRASIL. Lei n.º 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- _____. Decreto n.º 4.901, de 26 de novembro de 2003. Institui o SBTVD. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- _____. Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- _____. Lei n.º 11.652, de 7 de abr. de 2008, que constitui a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- COELHO, Selma B.; CARVALHO, Juliano M. O conceito da televisão pública para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital. *Temática*, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/23838>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- DUARTE, Márcia Yukiko Matshuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação política: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007. cap. 7, p. 95-115.
- DTV. TV Universitária (RN) inaugura canal digital nesta sexta-feira, 15. Disponível em: <<http://www.dtv.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/183-tv-universitaria-rn-inaugura-canal-digital-nesta-sexta-feira-15>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- EBC. Emissoras públicas defendem operador único para digitalização dos canais. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-11/emissoras-publicas-defendem-operador-unico-para-digitalizacao-dos-canais>>. (2014). Acesso em: 25 abr. 2017.
- _____. Emissoras públicas declaram apoio à continuidade da TV Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/rede-nacional-de-comunicacao-publica-declara-apoio-continuidade-da-tv-brasil>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS, I.: *Diagnóstico do Campo Público de Televisão*. Brasília, 2006, Brasília. Caderno de Debates. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- INTERVOZES. Chance histórica para democratizar a mídia. *TV DIGITAL, Informativo Intervozes*, p. 4, 2005.
- _____. Concessões de rádio e TV. Onde a Democracia não chegou. 2007. Disponível em <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- JORNAL COMUNICAÇÃO. Série TV Digital – Tecnologia digital ainda não chega às TVs Universitárias. Disponível em: <<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/jornal/?p=8344>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- O ESTADO. TV UFMA é inaugurada com transmissão ao vivo. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/daniel-matos/2015/10/08/tv-ufma-e-inaugurada-com-transmissao-ao-vivo/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Perspectivas e desafios na consolidação do campo público de televisão no Brasil. *REVISTA ABTU*, p. 32, 2013. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Revista-ABTU-00.pdf#page=32>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- PERDIGÃO, Alberto. *Comunicação pública e TV digital: interatividade ou imperatividade na TV pública*. Fortaleza: EdUECE, 2010.
- PREVEDELLO, Carine Felkl. Televisão universitária público-estatal no Brasil: origem e o contexto da convergência digital. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, Porto Alegre. 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/televisao-universitaria-publico-estatal-no-brasil-origem-e-o-contexto-da-convergencia-digital/at_download/file>. Acesso em 25 abr. 2017.
- _____. SBTVD e Operador Nacional: perspectivas e entraves para a convergência digital nos canais públicos de TV. *REVISTA ABTU*, p. 35-39, 2016. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br/WebSite/wp-content/uploads/2016/09/Revista-ABTU-ver%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- PRIOLLI, Gabriel; PEIXOTO, Fabiana. A televisão universitária no Brasil: os meios de comunicação nas instituições Universitárias da América Latina e Caribe. [S.l.]: UNESCO, 2004: IESALC, 2004. (IES/2004/ED/PI/18).
- RAMALHO, Alzimar Rodrigues. O perfil da TV universitária e uma proposta de programação interativa. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-20082010-233513/en.php>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. A implantação da TV digital no Brasil: pseudoinclusão, ausência de interatividade e pouca aceitação pela sociedade. In: SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Yvana (Orgs.). *Televisão digital: desafios para a comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- TV UFG. Apresentação. Disponível em: <<http://www.tvufg.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- TV UFRN. Apresentação. Disponível em: <<http://www.tvu.ufrn.br/navegacao/tvu>>. Acesso em 25 abr. 2017.
- ZOOM. Acerca del Canal. Disponível em: <<http://www.zoomcanal.com.co/>>. Acesso em 25 abr. 2017.